

lher, acaba sempre por ser da responsabilidade dos homens?

nina, ainda que as suas “Meditações sobre a veneração da beleza efémera, a

anuir a esse rascínio, aumentando, por decisão própria, as condições propícias ao exercício da lascívia, ante a qual nada fazem para lhe resistir.

Os autores, contudo, reforçam que os textos do Padre António Vieira, do ponto de vista trans-histórico, ao valorizarem supletivamente o papel da mulher mostram que os seus pecados em vida são ‘menores’ que os da maioria dos homens, acabando o pregador jesuíta por ter uma opinião menos favorável ao papel do homem no jogo da sedução. Vieira desconfia que o homem se empenhe verdadeiramente para resistir à tentação femi-

meras ilusões, etc., registam-se no sermão, por vezes com prolixidade e até sendo dirigidas de forma explícita a um ‘vós’ determinado que corresponde a senhoras e/ou freiras” (p. 199).

Terminada a nossa leitura, resta-nos concordar que a publicação do presente volume cumpre, por inteiro, o desiderato a que os seus autores se propuseram: “Mostrar, demonstrar, compreender e fazer compreender” (p. 203), *o mito barroco do universo feminino*, guiados pela leitura atenta do sermão do Padre António Vieira.

Artur Manso

• *RELIGIOUS DIVERSITY
IN ANCIENT ISRAEL AND JUDAH*
Francesca Stavrakopoulou
e John Barton (eds.)

Editora: T&T Clark
Nova Iorque, 2010 – 207 pp. (+XVI)
Disponibilidade em Portugal: Wook

Hoje, definitivamente, é preciso renunciar à concepção da Bíblia como «fonte» quer na elaboração de uma «história de Israel e de Judá» quer na reconstituição da sua «religião», um sonho que havia dominado a chamada «arqueologia bíblica», sobretudo em França (Escola Bíblica) e nos Estados Unidos («escola» de W. F. Albright). Depois da publicação, há dez anos, do livro de I. FINKELSTEIN-N. A. SILBERMAN, *The Bible Unearthed* (2001), a «arqueologia bíblica», já moribunda, recebeu um golpe fatal. E, na última década, surgiram algumas publicações que procuram fazer o ponto da situação relativamente à elaboração quer de uma «história

de Israel e de Judá» (é o caso da obra colectiva coordenada por H. G. M. WILLIAMSON, *Understanding the History of Ancient Israel* [2007]) quer da sua religião (Francesca STAVRAKOPOULOU e John BARTON [eds.], *Religious Diversity in Ancient Israel and Judah*, [2010]).

O livro que aqui apresentamos, portanto, não é simplesmente um conjunto de estudos sobre um tema específico, mas a avaliação de um percurso já feito, nas últimas duas décadas, e do caminho ainda a percorrer. Simultaneamente, tratando-se de dez contribuições dentre os melhores especialistas do tema, temos aqui uma excelente introdução para quem queira aprofundar este assunto.

* * *

O livro está dividido em três partes: a primeira, com três contribuições, trata de questões conceptuais; a segunda, com cinco ensaios, explora a diversidade sócio-religiosa em Israel e Judá; e a terceira, com dois ensaios, a diversidade geográfica. E,

em jeito de balanço, o *postscript* de J. Barton situa os desafios presentes no quadro da história da exegese.

Na primeira parte, o primeiro ensaio é de S. Niditch, que procura esclarecer – com a sua habitual mestria – três domínios fundamentais da «experiência religiosa» de Israel e de Judá: as «visitas» divinas, vistas em relação com o conceito de «concílio divino»; o domínio das «visões», tão importante na literatura profética, mas que não se resume a ela; e a relação com o além, o Sheol e o culto dos mortos. Num segundo ensaio, N. Niehr trata da relação entre religião cananeia e religião israelita, sendo que a oposição bíblica entre as duas parece ser, sobretudo, uma construção literária e ideológica deuteronomista; na realidade, a religião de Israel e de Judá é uma subdivisão da religião cananeia, com a qual partilha muitos aspectos, e mesmo um conjunto de imagens utilizadas em relação a Deus (e por isso, o interesse actual pelos textos de Ugarite). Por fim, a encerrar esta parte dedicada aos conceitos fundamentais, um ensaio de F. Stavropoulou sobre uma outra dicotomia, mais genérica: a distinção entre religião oficial (legal) e religião popular (ilegal), que transparece também nas narrativas bíblicas. Porém, a realidade parece ser bem mais complexa do que essa distinção simplista poderia fazer crer, na medida em que, a impor uma distinção, esta talvez devesse ser feita entre uma religiosidade de elites (com diversas expressões: no palácio, no templo e nos santuários) e uma religiosidade do povo simples, dos marginalizados e oprimidos (exprimindo-se tanto nas casas privadas como em diversos santuários).

O ensaio que abre a segunda parte, de N. Wyatt, concerne a prática religiosa no palácio, isto é, sobre o papel religioso do rei (e particularmente da dinastia davídica, em Judá). Depois, o ensaio de D. Edelman debruça-se sobre as descobertas arqueoló-

gicas no que toca aos lugares de culto, classificados aqui em quatro contextos: os templos e santuários citadinos (intramuros), os santuários nas portas das cidades (os *bāmôt*), os complexos culturais em fortalezas (contexto militar) e os santuários associados ao comércio. No ensaio seguinte, P. Davies analisa a dicotomia entre religião urbana e religião rural, focalizando-se sobretudo no processo de urbanização no período da monarquia. Reconhecendo a dificuldade em reconstruir a religião «rural», ele explora todavia dois domínios: o primeiro concerne a relação entre agricultura e fertilidade e o segundo, as festas anuais. Depois, C. Meyers trata da prática religiosa ao nível da casa/família, de que existem numerosos vestígios arqueológicos, classificando-a sob três categorias: práticas relacionadas com actividades sazonais (onde teriam origem as três grandes festas anuais), práticas relacionadas com actividades do ciclo vital (particularmente as relacionadas com o nascimento de crianças e o culto dos mortos) e, enfim, práticas ligadas a actividades esporádicas (como por exemplo rituais relacionados com a doença e a infertilidade). Embora com pouca expressão nos textos bíblicos, a prática religiosa familiar é de uma importância fundamental. Finalmente, o ensaio de R. Albertz estuda a piedade individual, expressa nos nomes teóforos, nos salmos de lamentação ou de acção de graças, ou ainda em provérbios. E, para além dos textos bíblicos, também a arqueologia revelou práticas individuais como as ofertas de incenso e de comida, bem como as libações.

A última parte do livro contém, como se disse, dois ensaios sobre a diversidade geográfica. O primeiro, de J. M. Hutton, apoia-se novamente na arqueologia para demonstrar que a «religião israelita» se expressa em formas extremamente localizadas, a ponto de se poder falar, não de uma religião, mas de várias «micro-reli-

giões» (outros preferem falar de diversidade de «Javismos»). Por outro lado, existem formas religiosas com carácter regional: na Transjordânia, em Israel e em Judá. No segundo ensaio, L. L. Grabbe traça as possíveis origens geográficas do Javismo e as suas expressões locais na época persa, num período em que surgem vários templos concorrentes: Samaria (Garizim), Jerusalém, Elefantina, Indumeia, etc.

* * *

No início dizíamos que os textos bíblicos já não podem ser mais considerados como «fontes» de carácter histórico. Na verdade, eles são, sobretudo, obras de literatura religiosa, veiculando uma ideologia (ou,

se quisermos, uma teologia) que sustenta a religião pós-exílica de «(o verdadeiro) Israel»: o Judaísmo. Neste sentido, esses textos informam-nos muito pouco, ou quase nada, acerca da «religião israelita» pré-exílica. Quanto muito, encontramos neles alguns «indícios» dessa religiosidade, que é necessário ler juntamente com as descobertas arqueológicas e em confronto também com os textos dos povos vizinhos (nomeadamente, no contexto da religião cananeia, em confronto com os textos de Ugarite). É esta «leitura» que encontramos no livro agora apresentado e que o torna imprescindível para quem se interesse pelo estudo das religiões e, em particular, das antigas religiões do Levante.

Porfírio Pinto

• **JESUÍTAS E INQUISIÇÃO:
CUMPLICIDADES
E CONFRONTAÇÕES**

*José Eduardo Franco
Célia Cristina Tavares*

*Editora: Editora da Universidade Estadual
do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 2007 - 133 pp.*

A obra *Jesuítas e Inquisição*, é um livro necessário e oportuno, pois propõe-nos uma reflexão serena e matizada sobre alguns aspectos principais da nossa modernidade num universo geográfico central como é o de Portugal e o das suas conquistas. Aspectos e problemas da modernidade ocidental, na sua projecção atlântica, nem sempre bem compreendidos.

O esforço realizado por José Eduardo Franco e Célia Cristina Tavares para favorecer uma melhor compreensão destas duas instituições, a Companhia de Jesus e o Tribunal do Santo Ofício, vem de trás, desde as suas primeiras investi-

gações, o que lhes permite manejar a bibliografia fundamental, as pesquisas mais recentes – algumas produzidas por eles mesmos – e as fontes documentais necessárias para levar a cabo este trabalho. Este livro é o resultado de uma preocupação constante patente na obra destes autores. Basta observar a sua extensa produção científica para perceber com clareza esta ideia.

O objectivo que preside ao presente estudo é a “desconstrução” dos mitos elaborados no século XVIII e XIX, os quais forjaram uma imagem deformada da Inquisição e dos Jesuítas e, portanto, distante da realidade. O quarto e último capítulo do livro explica-nos precisamente como foi criado o referido mito na época do Marquês de Pombal, legando à posteridade uma interpretação simplificada e polarizada daquela realidade que chegou aos nossos dias como um sólido edifício ideológico. Os autores, bons conhecedores do terreno que pisam, dão-nos as chaves principais para explicar as razões e o sentido daquele mito: a su-